

**Projeto:** “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

**1) Referência** – SANT’ANNA, Cláudia Oliveira. Expressões de reconhecimento social de usuários de um serviço de proteção social especial do SUAS. 2018. 199p. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

**2) Orientador** – SPOSATI, Aldaíza.

**3) Resumo** – A presente dissertação tem como objetivo conhecer e compreender a percepção e as expressões dos usuários quanto ao seu reconhecimento nas atenções oferecidas por um serviço socioassistencial. Trata-se, em especial, da abordagem em relação ao serviço de acolhimento institucional, compreendendo-se o modo como as expressões de reconhecimento social são construídas na trajetória de atenção aos usuários, conhecendo as expressões de desproteção social que os levaram a acessar um serviço de proteção social especial de alta complexidade na assistência social, bem como identificando junto às famílias as aquisições que são reconhecidas como respostas às suas necessidades. O percurso analítico realizado neste estudo demandou aprofundamento sobre o escopo de um serviço de acolhimento institucional para crianças a partir dos traços de sua evolução histórica no Brasil, e, particularmente, o que diz respeito ao impacto da legalização de direitos sociais aos brasileiros, viabilizada por meio da Constituição Federal de 1988, face ao objeto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No decorrer da pesquisa, com o respaldo de diversos autores, foi possível mostrar a passagem que ocorreu historicamente no campo legal em superar a atenção às crianças no Brasil do âmbito da caridade, favor e benemerência, respaldado no juízo de valor, para uma perspectiva das atenções na condição de direito social. Para as entrevistas e pesquisa de campo, foram selecionadas 05 (cinco) famílias que tiveram como motivo de acolhimento institucional das crianças a negligência ou o abandono. O estudo mergulhou na relação entre a família, a criança e o serviço, sendo sintetizado em três momentos, quais sejam: a situação desencadeante do acolhimento - motivo, autor de queixa, procedimento do Conselho Tutelar e do Juiz, vínculo com algum serviço socioassistencial; o tempo de atenção da criança no acolhimento e o modo de relação com a família, construída pelo serviço e constatada nos registros dos prontuários e nas narrativas dos usuários, destacando-se as menções sobre as atenções prestadas pelo serviço e sua repercussão direta na vida das crianças, adolescentes e famílias, a relação com as famílias e o acesso destas aos demais serviços e atenções públicas que lhes seriam de direito, os modos pelos quais foi garantida a segurança de convívio para as crianças e adolescentes, as atividades que as crianças tiveram a oportunidade de vivenciar no período de acolhimento institucional; e, por fim, o momento

atual pós-desligamento da criança do serviço de acolhimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que teve em sua essência a busca por ouvir os usuários, o que representa o passo mais importante deste estudo, ou seja, o de possibilitar conhecer o significado atribuído pelos usuários da atenção de um serviço de acolhimento institucional.

**4) Palavras-Chave** – usuário; reconhecimento social; proteção social; acolhimento institucional.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.